

**TOLEDO, Caio Navarro.**

**ISEB: FÁBRICA DE IDEOLOGIAS.**

**São Paulo, Editora Ática, 1 977 – 194 págs.**

Nesta obra, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Assis, o autor Caio Navarro de Toledo empreende uma análise crítico-filosófica da produção teórica do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

O ISEB foi uma instituição criada e mantida pelo Estado Brasileiro na década de 50 – 60, fundado especificamente no ano de 1 955, que se propunha a lançar as bases de um pensamento brasileiro através de um projeto teórico-ideológico, formulado pela abordagem multidisciplinar com engajamento de profissionais de diversas áreas.

O autor realiza com sucesso a difícil tarefa de analisar a produção teórica isebiana, dada a diversidade de orientações dos autores e das teorias e pressupostos que os informaram. Isto se deve ao fato de conseguir estabelecer de forma sistemática o fio condutor dos trabalhos produzidos, tornando inteligível e coordenada a linha de pensamento que configurou a instituição. Nessa perspectiva selecionou para objeto de análise apenas os trabalhos produzidos pelos autores durante o período em que estiveram vinculados à instituição, e que por ela foram editados.

Caio Navarro afirma que os isebianos supunham que a ideologia seria eficaz do ponto de vista social e verdadeira do ponto de vista epistemológico quanto mais rigorosa fosse a fundamentação teórico-científica. Sua análise demonstra que o projeto ideológico isebiano assumiu proporções de privilegiar e dar primazia à ideologia em detrimento da produção teórica, a ponto de legitimar e validar a prática objetiva e o discurso das ciências, tornando-se uma “fábrica de ideologias”.

O texto é constituído por três partes, sendo que a primeira está dividida em dois capítulos.

A origem do ISEB, criado oficialmente pelo Governo Café Filho, é retomada pelo autor no primeiro capítulo, mostrando a finalidade que estabelecia seu estatuto: constituir-se num “centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário que tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais,... para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira,

visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional". ( pág. 32 )

O autor afirma que embora a expressão "ideologia do desenvolvimento" não apareça no regulamento da instituição, "se constituirá no emblema e na palavra de ordem, ...estando presente explicitamente na quase totalidade de suas publicações". ( pág. 32 ) Mostra a contradição do Estado, que como representante da nação não poderia promover ideologias, aceitando entretanto a promoção delas através da instituição por ele tutelada. Tal postura só se justifica porque a ideologia promovida pelo ISEB de certa forma interessava ao Estado. Prosseguindo, o autor mostra como a instituição procurou reabilitar e promover as ideologias. A ideologia deveria surgir da meditação de um grupo de intelectuais, com o firme propósito de ser forjada para a promoção do desenvolvimento nacional. Esta ideologia tinha como pressuposto básico a autenticidade, que entre os isebianos foi considerada com certa distinção. Para Vieira Pinto a autenticidade estaria ligada "à expressão da consciência das massas", procedendo delas. Por outro lado, Corbisier, Jaguaribe e Guerreiro Ramos consideravam a autenticidade em função da "fase" em que se encontrava a sociedade brasileira, configurando os interesses de todas as classes, que seriam "coincidentes". O autor não considera essas diferenças como opostas, pois a perspectiva que informava era o desenvolvimento nos moldes capitalistas.

No capítulo seguinte demonstra que embora a noção de ideologia estivesse presente em toda produção isebiana, não foi tematizada teoricamente do ponto de vista epistemológico. Isto, porque os isebianos "foram incapazes de se livrarem da ideologização da própria ideologia que buscavam produzir como verdade do momento histórico". ( pág. 49 ). Preocupados em criar a ideologia que respondesse à necessidade de conduzir o processo de desenvolvimento, não chegaram a questionar a ideologia nas sociedades de classes. A contradição de interesses entre as classes não era significativa, pois acreditavam que o projeto de desenvolvimento atendia a interesses comuns, de toda a nação. Para o autor tais questões não vieram à tona pois colocariam em risco a hegemonia da ideologia "nacional desenvolvimentista".

A ideologia chega a ponto de legitimar a prática científica e toda a produção teórica, embora em alguns momentos a ciência tivesse um certo privilégio na formulação teórica. Esse assunto apresentou algumas considerações diferentes em alguns isebianos. Enquanto Corbisier colocava a possibilidade do conhecimento pelo projeto ideológico, Vieira Pinto considerava a ideologia "como criação própria do pensamento filosófico", pois transcende a especi-

ficidade das diversas ciências. Para Caio Navarro, entretanto, o único autor que chega a indicar a necessidade de uma reflexão entre produção científica e prática ideológica é Guerreiro Ramos, que não ultrapassa a percepção do problema. Para eles a ideologia era legítima, pois respondia a uma necessidade social real, e portanto consistia-se num critério de validação do conhecimento científico.

A abordagem dos pressupostos filosóficos que informaram as análises isebianas é feita na segunda parte, contendo dois capítulos. No primeiro o autor demonstra como o conceito de alienação percorre todas as análises isebianas, tornando-se o conceito central. Este é fortemente influenciado por raízes do pensamento existencialista da época. Assim, a alienação é colocada em termos de nação, definindo-se a sociedade brasileira como colonial, e como um “complexo globalmente alienado” afeta a estrutura econômica e toda a superestrutura ideológica e cultural. A alienação é fundada na relação de dependência do país subdesenvolvido com os centros hegemônicos. Como não é a perspectiva de classe que informa o fenômeno da alienação, a alternativa para a ruptura é o desenvolvimento econômico com bases nacionalistas, sem modificação no **modo de produção**. Para o autor, um ponto importante a ressaltar é que não se problematizando o modo de produção deixa-se de colocar em questão um ponto fundamental que é a “alienação do trabalho”.

No segundo capítulo o autor mostra como os isebianos foram devedores ao existencialismo, não só em relação ao conceito de alienação mas em relação a toda a produção filosófica, embora afirmassem utilizar-se das teorias estrangeiras como instrumento de análise. Nesse ponto faz-se necessário ressaltar que realmente fizeram essa tentativa e que foram nesse sentido um grupo que modificou os rumos do pensamento filosófico-intelectual dos anos 50. Caio Navarro faz uma análise exaustiva dos pressupostos que informaram os diversos autores, mostrando o ecletismo que caracterizou determinados pensadores como Guerreiro Ramos. Privilegiando a consciência como fator de desencadeamento do processo de desenvolvimento, os isebianos colocam a ideologia “como o fator produtor de desenvolvimento”. (pág. 112) Nesse ponto é colocado o questionamento do autor: por que o desenvolvimento implica a consciência? Por que a necessidade da elaboração prévia de uma ideologia? Tais posições se constituem uma verdadeira “ideologização da ideologia”. Ao valorizar o fator consciente e ideológico, estava se ideologizando o pensamento que intencionava ser crítico e científico.

Finalmente, na terceira parte, dividida em dois capítulos, o autor aborda na primeira a ideologia nacional-desenvolvimentista através dos

pressupostos teóricos que a informaram. O ponto chave da crítica é, segundo o autor, a falta de um critério rigoroso na abordagem do problema das classes sociais. Para os isebianos, a sociedade brasileira da época se dividia em dois setores: “os dinâmicos e produtivos” e os “estáticos e parasitários”. Estes abrigavam em si partes das classes sociais: a burguesia, a classe média e o proletariado. Essa divisão tinha como parâmetro o processo de industrialização. As contradições sociais não eram determinadas pelo antagonismo de classe mas pelo antagonismo de Nação ( setores produtivos da burguesia, classe média e proletariado ) e antinação ( setores improdutivos das mesmas classes ). A contradição entre as classes seria superada pela superação da contradição principal: a luta pelo desenvolvimento nacional contra o domínio dos centros hegemônicos, cristalizando o capitalismo com bases nacionalistas. O nacionalismo corresponderia às aspirações e interesses nacionais, e nesse sentido, seria uma “ideologia global”. No desencadeamento do processo de desenvolvimento o comando é dado à burguesia industrial.

No segundo capítulo, a relação entre desenvolvimento e dependência é analisada mostrando que as promessas não foram cumpridas, ou melhor dizendo realizadas. Analisando os resultados do projeto desenvolvimentista do governo J. K., um próprio isebiano, Cândido Mendes, mostrou como o desenvolvimento industrial não trouxe o esperado: a dependência frente aos centros hegemônicos foi acentuada face à entrada de capitais estrangeiras, e a industrialização não produziu os resultados sociais esperados. O mito da industrialização como meio de promover o desenvolvimento econômico e o fim de toda alienação estava comprometido. Para Caio Navarro, o problema foi que ao analisar a dependência não se levou em consideração que ela se forma em função da expansão do capitalismo mundial. O país periférico não permanece estagnado. Ele cresce à medida que se expande o capitalismo mundial, conformando o que os teóricos da dependência denominam de “capitalismo dependente”. Nesse sentido não era possível percorrer o caminho histórico ou “as fases” dos países desenvolvidos.

Preocupados com a situação do país, com a grande miséria do povo, os isebianos defendiam o nacionalismo como alternativa para os problemas brasileiros. Os resultados obtidos entretanto mostraram grandes equívocos. Para o autor, o problema foi a falta de um tratamento rigoroso do ponto de vista teórico. Ao colocarem no nacionalismo a configuração de interesses de todas as classes sociais, que são antagonicos, tornaram “impraticável e destituído de qualquer viabilidade histórica o projeto de desenvolvimento nacional, autônomo e independente.” ( pág. 171 )

Para o autor, a ideologia formulada pelo ISEB estaria marcada por uma inspiração intelectualista de classe média, o que dificultou a articulação com as aspirações do proletariado. Ressalta que não se pode acusar o ISEB de difundir conscientemente ideologias da e/ou para a classe dominante, embora o desenvolvimento fosse pensado nos moldes capitalistas. Preocupados com o desenvolvimento, os isebianos tentaram forjar a ideologia que representasse os interesses dos diversos grupos sociais. Dada a “falta de expressão e força política das classes proletárias” (pág. 175), esse grupo de intelectuais não se restringiu à interpretação dos interesses das classes: “falaram por elas”. E este problema não foi comum apenas na instituição. O autor mais uma vez ressalta que muitos movimentos políticos que afirmam defender interesses do povo, tem cometido estes erros, ainda atualmente.

E, este é um ponto fundamental a ser considerado por todos profissionais e principalmente educadores: não se pode “falar pelo povo”. Esta reflexão deve permear todas as atitudes do educador e do intelectual. Ser o “porta voz do povo”, é bloquear a sua capacidade de organização, de articular os seus interesses. Enfim, este é apenas um dos muitos pontos importantes a que nos conduz o autor neste expressivo trabalho, difícil de ser sistematizado numa resenha, e que mostra mais uma vez a preocupação em retomar a pesquisa filosófica sobre o pensamento brasileiro.

**Maria Virginia Righetti Fernandes Camilo\***

**SZASZ, Thomas S.**

**A FABRICAÇÃO DA LOUCURA — Um Estudo Comparativo Entre a Inquisição e o Movimento de Saúde Mental.**

**Rio, Zahar, Editores, 2ª edição, 1 978 ( Col. Psyche ). Trad. Dante Moreira Leite, 408 páginas.**

Os métodos psiquiátricos de controle social do moderno movimento de saúde mental terão conseguido arvorarem-se em criações totalmente diversas e independentes dos métodos da Inquisição, usados para identificar, perseguir e punir feiticeiras e vítimas da possessão demoníaca ?

A Psiquiatria, em sua ambição de desvendar o máximo do mundo psíquico, em seus múltiplos aspectos, terá se tornado um abuso carac-

( \* ) Do curso de Pós-graduação em Filosofia da PUCB

terístico da Medicina, como a Inquisição foi o abuso característico do Cristianismo, em relação à personalidade humana ?

Serão os psiquiatras tão intolerantes quanto o foram os padres-inquisidores que, do século XIII ao século XVII, condenaram heréticos, judeus e feiticeiras à tortura e ao fogo ?

Combinará a Psiquiatria a arbitrariedade de juízos psiquiátricos com a punitividade das sanções penais, hoje aceitas, como a Inquisição combinava a arbitrariedade dos juízos teológicos com os castigos das sanções penais, aceitas na época ?

Redundará em largo proveito para a Família e/ou para o Estado, a severidade com que são tratados os “doentes mentais”, como redundaram para os reis e príncipes temporais e para a Igreja medieval a extrema severidade com que trataram pessoas por motivos de feitiçaria ou por questões religiosas ?

Estas são algumas questões que Thomas S. Szasz, psiquiatra praticante e professor de Psiquiatria na Universidade de Nova York, em Siracusa, se propõe a discutir e analisar, em profundidade, com este livro, cujo título exprime exatamente o seu conteúdo, e que se lê como a um romance de ação.

Na tentativa de compreender e interpretar a condição humana no mundo moderno, o A., valendo-se do comparativismo histórico e do método sociológico do estudo da divergência, e ignorando as limitações do especialista e os preconceitos doutrinários e políticos, faz veemente crítica aos abusos de uma Psiquiatria que desumaniza, oprime e persegue a pessoa estigmatizada como “mentalmente doente”, contestando as modernas práticas psiquiátricas que se apoiam numa “ideologia imoral de intolerância medieval.”

Consciente que suas opiniões enfrentam ideologias de há muito estabelecidas e estruturadas, o A. traça um paralelo entre a Inquisição e o Movimento de Saúde Mental, mostrando as semelhanças que existem entre a crença em feitiçaria e a crença em doença mental, entre a caça de feiticeiros, heréticos e judeus e a perseguição de doentes mentais; pois, para ele, “...o fim de uma ideologia é o início de outra; quando termina a heresia religiosa, começa a heresia psiquiátrica; quando termina a perseguição da feiticeira começa a perseguição do louco.” ( pág. 142 )

Para a demonstração de sua tese, o A. distingue dois tipos de Psiquiatria: a “Psiquiatria Institucional”, onde as intervenções psiquiátricas são impostas por outros às pessoas, e que se caracterizam pela perda completa do controle pelo cliente ou paciente de sua participação nas relações com o especia-

lista, e cujo serviço típico é a hospitalização involuntária em hospital psiquiátrico ( págs. 17, 23 – 24 ). A “Psiquiatria Institucional” satisfaz, segundo o A., “as necessidades dos membros ‘mentalmente sadios’ do grupo” ( pág. 21 ); e a “Psiquiatria Contratual”, que o A. privilegia por julgá-la mais democrática nas ligações Poder ( Estado ) – Saber ( Psiquiatria ), onde as intervenções psiquiátricas são aceitas por pessoas que são levadas a ela por sofrimento ou dificuldades pessoais. Nesse tipo, o cliente ou paciente mantém o controle completo de sua participação nas relações com o psiquiatra. Seu serviço típico é a psicoterapia autônoma. ( págs. 17, 23 – 24 )

Constatando a realidade de um sistema de crenças, práticas e conceitos usados pela “Psiquiatria Institucional”, que serve para alicerçar o pensamento generalizado da suposta inferioridade psicológica e incapacidade social do “doente mental”, o A. defende a tese de que “a função social da Inquisição e da Psiquiatria Institucional reside no serviço que ambas prestam à sociedade; ambas dão um sistema intelectualmente significativo, moralmente elevado e socialmente bem organizado para a afirmação ritualizada da benevolência, glória e poder da ética dominante da sociedade. Do lado de fora, ou para o observador crítico, tais instituições poderiam parecer duras e opressivas; do lado de dentro, ou para o verdadeiro crente, são belas e generosas, e ao mesmo tempo agradam às massas e aos seus senhores. Este é o segredo de seu triunfo”. ( pág. 88 )

Assim, mostrando que a continuidade histórica vai da instituição-feitiçaria à instituição-psiquiatria, o A. rastreia o conceito de “doente mental” e assevera que “no passado os homens criavam feiticeiras e hoje criam doentes mentais”, ( pág. 19 ), e demonstra que “o conceito de doença mental serve, no mundo contemporâneo, à mesma função social que tinha o conceito de feitiçaria no fim da Idade Média” ( pág. 21 ), com suas implicações morais, conseqüências sociais e desdobramentos políticos.

O A., portanto, considera falsos e imorais os métodos usados pela “Psiquiatria Institucional”, que, como os da Inquisição, visam, principalmente, proteger a sociedade das pessoas “cujo comportamento difere do apresentado por seus semelhantes” ( pág. 31 ), perseguindo e encarcerando-as em hospitais, com terapia forçada, inclusive com o emprego de drogas, choque e, mesmo cirurgia, seguindo-se da privação dos direitos legais. Segundo, ele, “é precisamente isso o que caracteriza o homem como inimigo das diferenças humanas. Aceita o Outro na medida em que o Outro se conforma à sua imagem e à sua conduta. No entanto, se ele e o Outro são diferentes, define o Outro como

deficiente física, mental e moralmente — e só o aceita na medida em que é capaz de afastar os aspectos que o isolam do normal. Se o Outro renuncia às suas crenças falsas, ou se submete a tratamento para a sua doença, então, e apenas então, será aceito como um membro do grupo. Se não consegue fazer isso, o Outro se torna o Mau — quer seja chamado o Estranho, o Paciente, ou o Inimigo”. ( págs. 191 – 192 )

Numa visão global, o A. vem de criticar, também, a posição que as pessoas tomam diante de problemas como a masturbação, o homossexualismo e as perseguições médicas por motivos de crenças políticas, raça, religião e classe social, numa tentativa de despertar nova consciência e nova atitude diante desses padrões “anormais” do comportamento humano.

Destarte, o quadro delineado pelo A. torna A FABRICAÇÃO DA LOUCURA não só uma reavaliação crítica da visão tradicional da Psiquiatria, mas, também, um corajoso libelo contra “um padrão psiquiátrico difuso de mortificação, intimidação e degradação, que confirma o direito de algumas autoridades sociais para colocar alguns indivíduos, principalmente de classes sócio-econômicas inferiores, no papel de doentes mentais”. ( pág. 25 )

Em resumo, é uma obra polêmica que merece nossa reflexão.

**João Ribeiro Junior\***

---

( \* ) Do curso de Pós-graduação em Filosofia da PUCC.